



Editorial

POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Edson Aparecida de Araújo Querido Oliveira¹

A constituição de políticas públicas correspondentes às demandas sociais é um dos principais desafios para o fortalecimento do processo de desenvolvimento. Sob a aparente unanimidade quanto à premência de se combater a concentração de renda e a escassez de oportunidades sociais associadas à desigualdade e às assimetrias contemporâneas, há uma miríade de possibilidades cuja amplitude vai de políticas aptas a consolidarem as abissais diferenças sociais presentes no país, até aquelas que podem levar a sua efetiva redução. O atual momento da sociedade brasileira representa uma inflexão decisiva para a definição da trajetória das políticas públicas. Há a possibilidade evidente de retrocesso, com prejuízo para as tímidas conquistas realizadas nas últimas décadas. Alternativa ao retrocesso é a resistência às ações de desmonte das políticas públicas com o aprimoramento dos programas sociais com foco na qualificação e autonomia dos cidadãos.

Esse cenário decorre da resistência de parcela da sociedade nacional ao necessário enfrentamento das causas estruturais da desigualdade nacional. A persistência da identificação da corrupção como principal óbice ao desenvolvimento social e econômico nubla a percepção dos fatores pertinentes às assimetrias sociais. Evidentemente, a corrupção deve ser combatida mediante o fortalecimento institucional e dos mecanismos de transparência da gestão pública suas relações com o setor privado. Entretanto, a corrupção é consequência da desigualdade presente no território

¹ Editor Chefe da G & DR. Doutor em Organização Industrial – ITA. Pró-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade de Taubaté. Docente do Programa de Pós-graduação em Planejamento e Desenvolvimento Regional – Universidade de Taubaté – UNITAU, Taubaté, Brasil. E-mail: edson@unitau.com.br.

nacional, e não seu fundamento. Sua elevação ao cerne do debate público produz um fetiche, o fetiche da corrupção. Desvia-se o olhar dos fatores econômicos, políticos e sociais balizadores da desigualdade brasileira.

O fetiche da corrupção trava o debate sobre o desenvolvimento regional enquanto estratégia apta a associar recursos endógenos e exógenos como alternativa adequada para o enfrentamento às assimetrias inter-regionais e intra-regionais. Superar o fetiche da corrupção é fundamental para as possibilidades de aproximação entre a consecução das políticas públicas e dimensão territorial do desenvolvimento com foco no local e no regional.

Dada a diversidade presente nos territórios e as necessidades particulares e comuns de cada região, faz-se oportuno articular as políticas públicas sob o vetor territorial. Tal mudança exige o repensar dos processos de gestão no âmbito do Estado e da relação estabelecida com as instâncias públicas territorializadas, especialmente sua capacidade de articulação com a sociedade local e regional.

Denota-se a premência de situar essa alternativa além da mera alteração da estrutura burocrática. O desafio é substancial e corresponde ao esgotamento de um modelo de desenvolvimento persistente, apesar da sua inegável contribuição para a desigualdade social e econômica. A resiliência à efetiva transformação alimenta-se do conflito distributivo instaurado na sociedade brasileira e mascarado pelo fetiche da corrupção. Alimenta-se a crença mágica de que o desaparecimento da corrupção implicaria na eliminação da desigualdade. A redução substancial da corrupção é desejável e necessária. Contudo, sua efetividade é limitada sem a adequada reorganização das instâncias nacionais e subnacionais orientadas para o desenvolvimento territorial correlato a efetivação de políticas públicas articuladas sob a perspectiva local e regional.

A resistência às ações de desmonte das políticas públicas com o aprimoramento dos programas sociais com foco na qualificação e autonomia dos cidadãos é alternativa necessária à efetivação do desenvolvimento. A perspectiva territorial constitui a trajetória adequada por associar as demandas sociais a um cenário de gestão mais eficaz das políticas públicas. Neste momento, de profunda inflexão, a produção científica indica as possibilidades para o combate ao retrocesso e a potencialização das políticas públicas efetivadas nas últimas décadas no país. Destarte, evita-se a destruição do legado construído por sucessivos governos e colocado em risco por uma radicalização insuflada pelo fetiche da corrupção, oportuno para manter as velhas estruturas de poder presentes no país. O fetiche da

corrupção atualiza o discurso de Tancredi, personagem do romance “O Leopardo”, do escritor italiano Giuseppe Lampedusa, acerca da necessidade de mudar para que tudo permaneça inalterado.